



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº42/2024

Período: 16/11/2024 a 22/11/2024

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Operação Contragolpe I: Polícia Federal prendeu quatro militares acusados de planejarem golpe de Estado
- 2- Operação Contragolpe II: Bolsonaro e 25 militares foram indiciados pela Polícia Federal por tentativa de golpe de Estado
- 3- Operação Contragolpe III: autoridades e especialistas comentaram as acusações contra militares em investigação da Polícia Federal sobre tentativa de golpe de Estado
- 4- Operação Contragolpe IV: periódicos e colunistas comentaram as investigações da Polícia Federal sobre tentativa de golpe de Estado
- 5- Operação Contragolpe V: ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, manteve validade da delação de Mauro Cid no inquérito da Polícia Federal sobre tentativa de golpe de Estado
- 6- Operação Contragolpe VI: deputadas do PSOL pediram ao Supremo Tribunal Federal a prisão preventiva de Jair Bolsonaro
- 7- Ministérios da Fazenda e da Defesa estudam novas medidas orçamentárias para as Forças Armadas

1- Operação Contragolpe I: Polícia Federal prendeu quatro militares acusados de planejarem golpe de Estado

De acordo com reportagens dos periódicos *O Estado de S. Paulo*, *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a Polícia Federal (PF) realizou no dia 19/11/2024 a Operação Contragolpe, que prendeu cinco suspeitos de atuarem em uma tentativa de golpe de Estado no final do ano de 2022. A ação envolveria o sequestro e a morte do presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, por envenenamento ou a partir de uso de explosivos. Os alvos presos nesta operação foram o general da reserva Mario Fernandes, que foi secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022), os tenentes-coronéis do Exército Hélio Ferreira Lima, que comandava a terceira companhia de Forças Especiais em Manaus, estado do Amazonas, Rafael Martins de Oliveira e Rodrigo Bezerra de Azevedo, além do policial federal Wladimir Matos Soares, que atuava na segurança do presidente Lula, e é suspeito de repassar informações sobre assuntos sensíveis para os outros envolvidos na ação antidemocrática. Soares também conversava

diretamente com o capitão da reserva do Exército Sérgio Rocha Cordeiro, assessor especial da Presidência da República durante o governo Bolsonaro. De acordo com a *Folha*, os militares presos fazem parte da tropa de elite do Exército, os chamados “kids pretos”, que são soldados formados em cursos das Forças Especiais, especialistas em guerras irregulares e táticas de invasão em territórios inimigos. As investigações apontam que o general Mario Fernandes elaborou a operação que impediria a posse de Lula. Um documento foi impresso no Palácio do Planalto durante o governo de Jair Bolsonaro, com o passo-a-passo para execução do plano denominado “Punhal Verde Amarelo”. Os acusados trocavam informações por meio de um grupo chamado “Copa 2022” no aplicativo de mensagens Signal, e utilizavam nomes de países como codinomes para não serem identificados. Essas conversas giravam em torno da necessidade de recursos e pessoas para orquestrar os atos golpistas. De acordo com as investigações da PF, o plano dos golpistas vinha se desdobrando desde 05/06/2022, quando ocorreu uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro, alguns ministros e o general Mário Fernandes, colocando-se a necessidade de tomar medidas para que a vitória de Lula não acontecesse. Em 09/11/2022, Fernandes comemorou junto ao também investigado tenente-coronel Mauro Cid o fato de que Bolsonaro aceitou o seu “assessoramento”. Em 12/11/2022 teria ocorrido uma reunião entre o tenente-coronel Cid, o major Rafael de Oliveira e o tenente Ferreira Lima na residência do general da reserva Walter Braga Netto, que foi ministro da Casa Civil (2020-2021) e da Defesa (2021-2022) e candidato a vice-presidente da República na chapa de Jair Bolsonaro, derrotada no segundo turno das eleições. Em 15/11/2022, Rafael Martins encaminhou um documento de nome “Copa 2022”, que continha estimativas de gastos para o plano. No mesmo dia, os alvos da operação se posicionaram do lado de fora do prédio do Supremo Tribunal Federal para executar o plano contra o ministro Alexandre de Moraes, mas teriam abortado a ação de última hora. Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* apontou lacunas nos indícios de trama golpista reunidos pela PF. De acordo com o periódico, não há comprovações de que a reunião ocorrida na casa do general Braga Netto tenha efetivamente tratado da trama golpista, apesar de as mensagens relativas ao plano começarem a circular após o evento. Além disso, apesar das mensagens entre Mauro Cid e Rafael Martins de Oliveira revelarem a existência de um orçamento de R\$ 100 mil para a realização do plano de golpe, a PF não teria conseguido acessar o documento, que estava protegido com senha. Por fim, a *Folha* afirmou que a Polícia Federal aponta indícios de que militares se mobilizaram em 15/12/2022 para prender, sequestrar e assassinar Alexandre de Moraes, mas não encontrou explicações de porque o plano foi abortado. Em reportagem, O *Estado de S. Paulo* informou que a PF solicitou autorização do STF para requerer do Exército informações a respeito de sete carros oficiais da instituição que teriam sido utilizados pelos militares envolvidos neste planejamento para monitoramento clandestino das autoridades. Dados como registros de abastecimento, itinerários, ordens de missão, dados de qualificação dos militares e as informações de entrada e saída das viaturas, segundo o requerimento, “têm potencial para elucidar pontos lacunosos no contexto apuratório”. O pedido foi concedido pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, que estabeleceu prazo de 24 horas para que o Exército forneça toda a documentação. De acordo com especialistas em direito penal ouvidos pela *Folha*, as ações dos presos em 19/11/2024 podem ser classificadas como crimes contra a democracia, enquanto

outros especialistas alegaram que as ações foram meramente preparatórias e, portanto, não seriam passíveis de punições no campo criminal. (Correio Braziliense - Política - 20/11/2024; Correio Braziliense - Política - 21/11/24; Folha de S. Paulo - Política - 20/11/2024; Folha de S. Paulo - Opinião - 20/11/2024; Folha de S. Paulo - Política - 21/11/24; O Estado de S. Paulo - Política - 20/11/2024; O Estado de S. Paulo - Política - 22/11/24)

2- Operação Contragolpe II: Bolsonaro e 25 militares foram indiciados pela Polícia Federal por tentativa de golpe de Estado

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Polícia Federal indiciou 37 pessoas investigadas nas operações Tempus Veritatis e Contragolpe pelos crimes de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa, com a participação direta de militares e do capitão reformado do Exército e ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. De acordo com o *Correio*, ao menos 35 militares, dentre coronéis, generais e um almirante, compunham a rede de oficiais de alto escalão envolvidos na trama, e 25 deles foram formalmente indiciados. Dentre os oficiais de alta patente estão o ex-ministro da Defesa e ex-comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira; o também ex-ministro da Defesa, general Walter Braga Netto; o ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno; general Estevam Cals Theophilo Gaspar De Oliveira, ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército; o general de brigada Nilton Diniz Rodrigues, comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, no Amazonas; o ex-secretário executivo da Secretaria-Geral da Presidência, general Mário Fernandes; e o ex-comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, suspeito de ter oferecido tropas para viabilizar o golpe. Foram indiciados também os coronéis do Exército Alexandre Castilho Bitencourt da Silva, Anderson Lima de Moura, Carlos Giovanni Delevati Pasini, Bernardo Romão Correa Netto, Cleverson Ney Magalhães, Fabrício Moreira de Bastos, Laercio Vergililo e Marcelo Costa Câmara, os tenentes-coronéis Mauro Cesar Barbosa Cid, Guilherme Marques de Almeida, Ronald Ferreira de Araújo Júnior e Hélio Ferreira Lima, os majores Angelo Martins Denicoli, Rafael Martins de Oliveira e Sergio Ricardo Cavaliere de Medeiros, o capitão reformado Ailton Gonçalves Moraes Barros e o subtenente Giancarlo Gomes Rodrigues. As investigações da PF revelaram que o general Mário Fernandes, cuja proximidade com o ex-assessor da Presidência da República, capitão Sérgio Rocha Cordeiro, foi apontada pela PF, afirmou em mensagens que a reunião para a discussão da minuta de golpe de Estado deveria ocorrer somente entre o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, e militares que estariam “abaixo da linha da ética”, os quais denominou “rataria”. O texto previa a instalação de um “gabinete de crise” para comandar o país após a deflagração do golpe e o assassinato do então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Tal gabinete composto por militares e presidido pelos generais Augusto Heleno e Walter Braga Netto. Segundo a apuração da PF, o documento teria sido impresso dentro do Palácio do Planalto em 2022 e Bolsonaro teria não apenas tomado conhecimento, como feito alterações no projeto. Outros diálogos com militares incluíram queixas sobre a resistência do Alto Comando do Exército em relação ao plano golpista e falas desrespeitosas à Constituição Federal.

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Polícia Federal dividiu os investigados como integrantes de diferentes núcleos, a partir da divisão de tarefas estruturadas pelos próprios envolvidos para atuar em diversas frentes. Entre estes núcleos estão "Desinformação e Ataques ao Sistema Eleitoral", "Responsável por Incitar Militares à Aderirem ao Golpe de Estado", "Jurídico", "Operacional de Apoio às Ações Golpistas", "Inteligência Paralela" e "Operacional para Cumprimento de Medidas Coercitivas". Em mensagens enviadas ao general Mário Fernandes, o coronel Roberto Criscuoli incitou a deflagração de guerra civil pelos militares após a vitória do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno das eleições presidenciais de 2022, argumentando que haveria a destruição do Exército e outra guerra civil caso Lula tomasse posse. O relatório da PF ainda apontou que Fernandes atuou como orientador e provedor material e financeiro de bolsonaristas acampados em frente ao Quartel General do Exército em Brasília após as eleições de 2022. De acordo com a *Folha*, a Polícia Federal segue as investigações na Operação Contragolpe para saber se o ministro do STF, Flávio Dino, também era alvo dos golpistas. Dino era chamado de "Juca" pelos criminosos, e trechos do plano golpista afirmavam que "sua neutralização desarticulava os planos da esquerda mais radical". Os periódicos informaram ainda que, uma vez encerrado o inquérito, a Procuradoria-Geral da República deverá avaliar para decidir se apresentará denúncia contra os envolvidos, e a Justiça, por sua vez, decidirá se os tornará réus. (Correio Braziliense - Política - 22/11/24; *Folha de S. Paulo* - Ilustrada - 20/11/24; *Folha de S. Paulo* - Política - 22/11/24; *O Estado de S. Paulo* - Política - 22/11/24)

3- Operação Contragolpe III: autoridades e especialistas comentaram as acusações contra militares em investigação da Polícia Federal sobre tentativa de golpe de Estado

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, em meio às acusações feitas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Contragolpe, alguns membros do Partido Liberal (PL) e aliados do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, questionaram as prisões e minimizaram os fatos. O senador Flávio Bolsonaro (PL) afirmou nas redes sociais que "por mais que seja repugnante pensar em matar alguém, isso não é crime". O senador Jorge Seif (PL) ironizou o plano de assassinato. O pastor evangélico Silas Malafaia também apontou que não existem provas concretas para indicar um crime. Segundo reportagens da *Folha* e do jornal *Correio Braziliense*, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, disse considerar os planos "muito graves", mas que espera que a operação da Polícia Federal mostre que os crimes eram cometidos por um "grupo isolado" de militares. Múcio afirmou desejar "que tudo seja esclarecido para tirar de cima das Forças Armadas a névoa da suspeição". O ministro da Defesa afirmou que os planos foram elaborados por "pessoas que usam fardas" e não pelas Forças Armadas enquanto instituição, que disse serem "fiéis à Constituição e ao presidente da República". Múcio ainda declarou que o Alto Comando das Forças Armadas e o Ministério da Defesa só tomaram conhecimento da operação no dia em que foi divulgada pela PF e estão colaborando com as investigações policiais. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, classificou os atos como "estranhador". O ministro disse também que

os responsáveis serão julgados de acordo com a lei e que a atuação da PF está sendo exemplar. Outro ministro da corte, Gilmar Mendes, também condenou a participação de militares de alta patente na tentativa de golpe, considerando uma forte ameaça para a democracia brasileira. Por fim, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, demonstrou preocupação com a participação de militares das Forças Especiais do Exército contra o Estado brasileiro. Além disso, Lewandowski disse que a PF está aprimorando os protocolos de segurança de autoridades, considerando a gravidade do fato. O jornal *Correio Braziliense* reportou uma entrevista com o professor e advogado Rodrigo Lentz, da Universidade de Brasília (UNB), que relembra que o Brasil não promoveu mudanças nas Forças Armadas ao fim do período militar, ressaltando a impunidade que seguiu à redemocratização. Ele afirmou também que acredita que, após as ameaças ao ministro do STF, Alexandre de Moraes, as mudanças nas Forças Armadas serão inevitáveis. A reportagem também entrevistou o advogado Francisco Zardo, que reiterou as medidas próprias ao ambiente militar para punição dos envolvidos, para além das penas, como processos disciplinares e remunerações suspensas. Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* reportaram também as declarações do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não se manifestou em relação aos indiciamentos da Polícia Federal, mas afirmou ser grato por estar vivo. Os periódicos apontaram que os ministros mais próximos do presidente celebraram o indiciamento dos envolvidos e esperam agilidade na condução da justiça. Já reportagens publicadas pela *Folha de S. Paulo* e pelo *Correio Braziliense* noticiaram que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, declarou que a tentativa de golpe já é um crime consumado, e que não se deve considerar anistia para o caso dos atentados de 8 de janeiro de 2023. (*Correio Braziliense* - Política - 21/11/24; *Correio Braziliense* - Política - 22/11/24; *Folha de S. Paulo* - Política - 20/11/24; *Folha de S. Paulo* - Ilustrada - 20/11/24; *Folha de S. Paulo* - Política - 22/11/24; *O Estado de S. Paulo* - Política - 20/11/24; *O Estado de S. Paulo* - Política - 22/11/24)

4- Operação Contragolpe IV: periódicos e colunistas comentaram as investigações da Polícia Federal sobre tentativa de golpe de Estado

Em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian escreveu que o planejamento do golpe para manutenção do governo Bolsonaro foi uma operação essencialmente militar, a fim de anular as eleições de 2022 e instaurar um regime que seria comandado pelos generais que, em 2018, apoiaram a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência. Segundo o jornalista, as investigações da Polícia Federal mostram que os atos não foram isolados e envolveram a participação de diferentes hierarquias das Forças Armadas. Além disso, seria uma oportunidade perfeita para os fardados que estiveram no governo Bolsonaro expressarem seus interesses. Boghossian também afirmou que o relatório da Polícia Federal indicou que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro era o chefe da operação golpista, apontado como responsável direto por dar forma ao decreto que colocaria o país em estado de exceção. Ele afirmou que as investigações acabaram com as tentativas da chapa derrotada de classificar a tentativa de golpe como “uma mera meditação jurídica”, e que houve esforço real para o ato fosse levado adiante. Já Ruy Castro, em coluna opinativa para o *Folha de S. Paulo*, mencionou o fato de que

a articulação do golpe foi feita de maneira a deixar o material “prontinho para seus futuros biógrafos”. O colunista ironizou o excesso de provas deixadas pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e os “kids pretos”, entre elas a lista de armamento disponível e cópias dos arquivos feitas no Palácio do Planalto. Também para a *Folha de S. Paulo*, o colunista Marcos Augusto Gonçalves reafirmou as conexões de Bolsonaro com a ditadura militar e ressaltou sua passagem no Exército, marcada por acusações de indisciplina e pela tentativa de armar explosões com bombas contra os comandos. Gonçalves também lembrou que, na gestão do ex-presidente, houve uma ampliação significativa de militares em cargos públicos. O colunista finalizou dizendo que é necessário reforçar o “cordão de isolamento” entre as Forças Armadas e a política brasileira. Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* reiterou a participação do ex-presidente nas tramas golpistas e afirmou que, neste caso, é inaceitável discutir anistia para os envolvidos. As colunas opinativas de Eliane Cantanhede, Diogo Schelp e Kleber Sales no periódico *O Estado de S. Paulo* discutiram, respectivamente, a trajetória política de Jair Bolsonaro, marcada pelos desafios à democracia, as baixas possibilidades de convulsão social em caso de prisão do ex-presidente, e a possibilidade de os filhos de Bolsonaro estarem na corrida presidencial nas eleições de 2026, reavivando a polarização política no país. (Folha de S. Paulo - Opinião - 20/11/24; Folha de S. Paulo - Opinião - 22/11/24; O Estado de S. Paulo - Política - 22/11/24; O Estado de S. Paulo - Coluna Opinativa - 22/11/24)

5- Operação ContraGolpe V: ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, manteve validade da delação de Mauro Cid no inquérito da PF sobre tentativa de golpe de Estado

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, a Polícia Federal (PF) encaminhou um relatório ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, declarando que o tenente-coronel Mauro Cid teria descumprido o acordo de delação premiada, que estabelece que o militar deve colaborar com as autoridades através de depoimentos verdadeiros, para poder deixar a prisão e cumprir medidas menos severas. A PF acredita que Cid estaria omitindo algumas informações, pois o militar afirmou em depoimento não saber do plano golpista que estava sendo organizado para atacar o então presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e o ministro Alexandre de Moraes, apesar de existirem provas de sua proximidade com os envolvidos, especialmente com o general Mario Fernandes. Ainda segundo os jornais, no dia 21/11/2024, contudo, o ministro determinou a manutenção do depoimento de Cid no inquérito, após uma audiência de três horas com tenente-coronel, considerando as omissões e contradições esclarecidas. A *Folha* destacou ainda a posição da Procuradoria-Geral da República, que defendeu manter a validade do depoimento de Mauro Cid. (Correio Braziliense - Política - 20/11/24; Correio Braziliense - Política - 22/11/24; Folha de S. Paulo - Política - 20/11/24; Folha de S. Paulo - Política - 22/11/24; O Estado de S. Paulo - Política - 20/11/24; O Estado de S. Paulo - Política - 22/11/24)

6- Operação Contragolpe VI: deputadas do PSOL pediram ao Supremo Tribunal Federal a prisão preventiva de Jair Bolsonaro

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, em seguida à publicização do inquérito da Polícia Federal acerca de uma tentativa de golpe de Estado após as eleições presidenciais de 2022, que envolvem os crimes de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa, as deputadas federais Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Fernanda Melchionna (PSOL-RS) enviaram ofício ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, pedindo a prisão preventiva do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo Bomfim, Bolsonaro apresentaria risco e poderia influenciar as apurações da PF ou até mesmo intimidar as testemunhas. Apesar de não ter sido alvo das operações que levaram à prisão de cinco dos investigados, Bolsonaro foi oficialmente indiciado nos relatórios de investigação da Polícia Federal por envolvimento direto na articulação da tentativa de golpe. (*Folha de S. Paulo - Ilustrada - 20/11/24*)

7- Ministérios da Fazenda e da Defesa estudam novas medidas orçamentárias para as Forças Armadas

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou em reportagem que o governo federal objetiva impor novas medidas orçamentárias para as Forças Armadas, a fim de reunir apoio para a redução de gastos. Dentre as medidas que devem ser acertadas entre os ministérios da Fazenda e da Defesa estão: fim da morte ficta - quando o militar é expulso por cometimento de crime ou infração grave -, substituindo a pensão para a família pelo auxílio-reclusão; contribuição de 3,5% da remuneração do militar para o Fundo de Saúde até janeiro de 2026; limitação da concessão de pensão para familiares de primeira ordem do militar (cônjuge ou companheiros e filhos) e impedimento da concessão sucessiva de pensão para familiares de segunda e terceira ordens (pais e irmãos) e estabelecimento da idade mínima de 55 anos para a transferência dos militares para a reserva remunerada. Em declaração ao jornal *Correio Braziliense*, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, afirmou que, apesar de alguma resistência, os membros do Alto Comando das Forças Armadas compreendem a necessidade do governo de cortar gastos. Em coluna de opinião ao periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Jorge Okubaro argumentou que a análise das contas públicas publicada em junho pelo Tribunal de Contas da União (TCU) deixou clara a disparidade alarmante entre “o conjunto integrado de direitos, serviços e ações, permanentes e interativas, de remuneração, pensão, saúde e assistência” dos militares e a previdência dos demais trabalhadores. A Secretaria de Economia e Finanças do Exército, porém, na quarta edição do Caderno de Orientação aos Agentes da Administração sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, afirmou que os “militares das Forças Armadas não têm previdência” ou possuem vantagens, discordando de declarações recentes do ministro do Tribunal de Contas da União, Walton Alencar Rodrigues. (*Correio Braziliense - Política - 21/11/24; Folha de São Paulo - Política - 21/11/24; O Estado de S. Paulo - Colunas - 19/11/24*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Ana Julia Ferreira dos Santos

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Mariana Sala

Yasmin Duarte Resende

Equipe redação UFRRJ

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva